

Anexo da Ata da 12ª reunião ordinária – considerações do Sr. Mário Bastos

Observações da Drenagem Urbana nos municípios e PDDr/2002

De acordo com as linhas 30 - 31 as observações do Sr. MARIO BASTOS DA CAT-IRAI constariam da ata da 12ª Reunião Ordinária, porque não foram lidas suas observações e questionamentos na 10ª Reunião.

O Sr. Carlos Alberto Galerani, AGUASPARANA, respondendo ao Sr. Valdir Donizete de Moraes linha 110 -113 " não se pode considerar que o plano não esteja sendo implantado uma vez que os municípios estão adequando suas ações ao Plano Diretor e na liberação de loteamentos ,as prefeituras estão consultando o Manual de Drenagem evitando assim a ampliação de cheias naturais ..."

Solicito que o Eng. Galerani esclareça em documento quais os municípios que estão realizando essas adequações de suas ações na prática, em seus Planos Diretores dentro das diretrizes do Plano Diretor de Drenagem - PDDr /2002 ao COMITÊ.

Crescimento das impermeabilizações pelo uso e ocupação do solo com aumento das densidades, pavimentação e cobertura de grandes barracões não são acompanhados por medidas mitigadoras e compensatórias a exemplo dos índices de pavimentação em Pinhais,Colombo e região.

Na bacia do rio palmital em Pinhais e Colombo e na bacia do rio Irai continuam sendo liberadas outorgas e licenças ambientais em locais com problemas de alagamentos localizados com obras estruturais com transferência de vazões para jusante e montante .Os exemplos dessas ações são o desassoreamento do rio, canalização de rios tributários em loteamentos e condomínios , canalização da rua Astorga , projetos legalizados sem a realização de estudo de impacto ambiental. Além disso continuam sendo realizados aterros pressionando toda a malha hídrica desde córregos, riachos , banhados em área de APPs.

Solicito desde as reuniões do diagnóstico no CTPLAN a realização de uma Câmara Técnica para examinarmos dentro do Comitê repasse da rede de informações do que esta sendo realizado no planejamento e propostas a respeito da drenagem urbana na RMC para termos as definições do que necessitamos.

As medidas de controle das enchentes combinando ações estruturais e não-estruturais foram elencadas nos estudos do PMO3 / PRA01 / PROSAN e devem ter um acompanhamento da sociedade no tempo e no espaço com medidas emergenciais, de médio prazo e longo prazo .

As ações no espaço definiu-se o trecho do rio Iguaçu na fase de médio prazo e os afluentes a longo e médio prazo. No entanto, dentro da fase de médio prazo deverão ser elaboradas recomendações não –estruturais para os municípios sobre o trecho do Iguaçu, que poderão ser estendidas para seus afluentes. Esse acompanhamento e esclarecimento dentro da realidade traçada no ano de 1996 , com grandes investimentos na Macrodrenagem com a abertura do canal paralelo / extravassor. Nos estudos do Dr.Tucci realização dos reservatórios de abastecimento (Irai, Piraquara 1 E 2) representam um amortecimento na ordem de 15% da bacia e a construção de reservatórios nos rios Palmital, Belém e Atuba dificilmente poderia amortecer as

enchentes da urbanização já existente, sendo necessário a realização e planejamento através de parques e áreas e unidades de conservação para amortecimento distribuído nessas bacias principalmente nas que ainda estão em estado rural (Piraquara, Irai e Pequeno), que também não estão sendo realizados pelos municípios.

devem ser acompanhados com as medidas de controle não –estruturais como o Zoneamento das áreas de risco de inundação que , pelo que tenho verificado não tem sido realizados pelos municípios .

As ações da sociedade e poder publico com relação a drenagem urbana continuam ainda acontecendo somente quando temos os desastres, necessário uma cultura da prevenção para superar a atual cultura do socorro.